

XXI Congresso Brasileiro de Economia - CBE 2015

Tema 8 – Empreendedorismo, economia criativa e dinamismo econômico: os potenciais e as fragilidades

Políticas públicas para a redução de desigualdades no Brasil por meio de conteúdos digitais criativos

Ricardo André da Costa¹

Danielle Winter Viana²

Cristiana Tristão Rodrigues³

Resumo

Promover a inclusão e difusão digital permite maior competitividade e redução de desigualdades, além de gerar benefícios nos setores econômicos de um país. Este trabalho busca avaliar o impacto sobre o fato de estar ocupado, dado o acesso às políticas de difusão e inclusão digital a partir dos dados do suplemento de acesso à internet da PNAD 2011. Para isso, usa-se uma reponderação por escore de propensão, por meio da qual foi possível observar que os indivíduos com acesso à internet apresentam impactos positivos sobre o fato de estar ocupado. Isso indica a importância em buscar estratégias a fim de reduzir desigualdades via conteúdos digitais e criativos.

Palavras-chave: Políticas públicas; inclusão digital; condição de ocupação.

JEL: C54; J38

Abstract

Promote inclusion and digital broadcasting allows for greater competitiveness and reduction of inequalities, and generate benefits in the economic sectors of a country. This paper seeks to assess the impact on the fact of being busy, given access to the dissemination of policies and digital inclusion from the data of internet access supplement of PNAD 2011. For this, we use a reweighting by propensity score, through which one can observe that individuals with access to the internet have positive impacts on the fact of being busy. This indicates some importance in seeking strategies to reduce inequalities through digital and creative content.

Keywords: Public policies; digital inclusion; occupancy condition.

¹ Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (EDEP/UFV). ricardo.andre@ufv.br

² Mestranda em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (EDEP/UFV). danielle.viana@ufv.br

³ Professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (EDEP/UFV). cristiana.rodrigues@ufv.br

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas demonstram relações de poder que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos. Conforme Ruz (1998), esse tipo de política são “*outputs*” resultantes de atividades políticas, ou seja, compreendem um conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Segundo Souza (2007), a definição mais conhecida de políticas públicas é a de Laswell, a qual abrange as decisões e análises sobre política pública como respostas aos questionamentos: “Quem ganha o quê? Por quê? E que diferença faz?”.

No Brasil, de acordo com o Ministério da Cultura (MinC), a maior acessibilidade e dinâmica cultural na sociedade ocorreram devido à fomentação de equipamentos tecnológicos e às pessoas conectadas à rede mundial de computadores. Essa dinâmica gera, inclusive, queda nos custos de produção e distribuição de produtos e serviços culturais.

O problema da inclusão digital no Brasil passou a fazer parte da agenda ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando foram adotadas estratégias políticas como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) em paralelo ao Programa Sociedade da Informação (SocInfo). Ambos previam a disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no país. Embora esses programas não tenham vigorado, a necessidade de políticas de redução da desigualdade por meio da inclusão digital continuou a constituir agenda no Ministério das Comunicações (MiniCom). Atualmente, o órgão preza pelo fomento de conteúdos digitais criativos *pari passu* à difusão cultural estendidos, inclusive, para o meio rural, contando com atores das esferas estadual e municipal.

Apesar de o tema apresentar relevância, ainda há poucos estudos que abordam a inclusão digital no Brasil, o que pode estar associado à escassez de dados. Todavia, alguns trabalhos apresentam contribuições significativas para o caso brasileiro. Neri (2012) mapeia o acesso à tecnologia digital, sua qualidade, uso e retornos sob a perspectiva de atuação integrada, como medida importante de felicidade e redução da desigualdade. Carvalho (2003) apresenta a importância do desenvolvimento da tecnologia com relação à exclusão digital e na interação humano-computador e seus benefícios sociais. Ferreira e Dudziak (2004) explicam que a capacitação em tecnologia da informação tornou-se popular, indicando a necessidade da inclusão digital, que prepara tanto o profissional como o indivíduo para apropriar-se dos instrumentos de acesso à informação.

O objetivo deste estudo centra-se em uma avaliação das políticas propostas pelos órgãos do Governo Federal, no intuito de fornecer serviços de difusão e inclusão digital no Brasil. Tendo como principal contribuição a identificação do público usuário que possui acesso à internet e a utilização da técnica de reponderação por escore de propensão para avaliar os retornos desta acessibilidade sobre a probabilidade de estar ocupado.

Além, desta introdução o artigo possui mais quatro seções. A seção 2 explora algumas interconexões entre políticas públicas e sua relação com a difusão e inclusão digital. As duas seções seguintes apresentam os procedimentos metodológicos e a estimativa de avaliação do impacto do acesso ao meio digital na condição de ocupação. Por fim, são apresentados comentários finais sobre os resultados apresentados.

2. A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma contribuição importante das políticas públicas se encontra em Howlett (1995) que explica a estruturação das políticas para além dos estágios de *input* e *output*. Para o autor, há uma sequência com cinco estágios, referenciado como “ciclo político”. Este ciclo engloba as seguintes etapas: i) construção da agenda; ii) formulação de políticas; iii) tomada de decisão; iv) implementação de políticas, e; v) avaliação da política. O modelo de “ciclo político” se sustenta até hoje nos meios de difusão política e implementação de ações governamentais. Uma das vantagens desse modelo é o entendimento do processo multidimensional por desagregação com estágios e subestágios, bem como a possibilidade de ser usado por diferentes níveis de formuladores de políticas. No entanto, o ciclo parece promover o avanço de etapa para etapa, contudo, é importante manter a dinamicidade dos processos de estruturação para mitigar efeitos indesejáveis.

Outra linha de pensamento está no modelo de Múltiplos Fluxos⁴. Segundo Capella (2007), esse modelo é viável porque as políticas públicas não ocorrem de forma tão linear e pressupõem a reciclagem das ideias, o que envolve o conceito de *garbage can model*⁵. Dessa forma, não significa que as políticas tenham uma ordem definida de ascender à agenda, antes, pode ocorrer de a agenda ser construída junto da própria implementação.

⁴ Esse modelo tem três cenários: i) os problemas passam a fazer parte da agenda pela transformação das *conditions* (ou questões); ii) os problemas podem constituir agenda por meio das próprias soluções e alternativas propostas pelos *policymakers*, ou formuladores de política, no processo de difusão, o chamado *soften up*, e; iii) ocorrem artifícios de barganha e negociação a fim de formar agenda.

⁵ Cohen, March e Olsen (1972) argumentam que a tomada de decisões das organizações possui um repertório de respostas para os problemas, inclusive para aqueles localizados na “lata de lixo” (*garbage can model*), o que traz a ideia de retornar às decisões outrora descartadas.

Dentro de ambas as abordagens, a avaliação de projetos sociais é de caráter essencial, pois possibilita observar se uma estratégia está sendo implementada de forma efetiva. Dessa forma, pode-se observar criticamente as distâncias entre os resultados pretendidos e aqueles alcançados (ZANCANELLA, 2010). O presente trabalho indica os efeitos da inserção digital e adaptações para alcance da plenitude estratégica.

Outra concepção importante na literatura de políticas públicas é a de “inserção produtiva”. De acordo com Draibe (2007), a redução dos riscos sociais mediante a educação e a capacitação pode transformar os cidadãos, de meros receptores em indivíduos que produzem sua proteção social. Contudo, há de se considerar questões de justiça social, universalidade e igualdade, que são características do desenvolvimentismo que decompõe capital humano em capital social. Sob essa ótica, Sen (2010) explica que esse processo de transformação é capaz de elevar a participação das pessoas no processo produtivo mediante programas sociais, ampliando, assim, a liberdade de participação nas ações democráticas. Por isso, as estratégias devem prever o potencial para que os indivíduos possam auferir e usar a renda, o que caracteriza uma eficiência de liberdade e desenvolvimento.

2.1 O fomento dos meios digitais como objeto das políticas públicas no Brasil

Fernandes e Gama (2011) afirmam que as regiões criativas e digitais referem-se às localidades com maior capacidade de aprendizado e inovação, cuja a criatividade da própria população e suas relações institucionais são capazes de gerar conhecimento onde a comunicação e os meios digitais são mais desenvolvidos. Não obstante, Lemos (2006) explica que cidades digitais (ou cibercidade) são aquelas em que a globalização e as redes telemáticas fazem parte da vida cotidiana e constituem-se como a infraestrutura básica e hegemônica da época, o que permite interfaces entre o espaço eletrônico e o físico através do fornecimento de áreas de acesso e serviços. Por isso, o Centro de Pesquisa em Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) afirma que o uso das tecnologias de informação e comunicação têm contribuído para a progressiva evolução da sociedade e gerado ganhos nas atividades cotidianas, desburocratização dos serviços públicos e construção de conhecimento no Brasil.

De acordo com Wilson (2000), a expansão continuada da internet deve estar garantida, em especial, para os países em desenvolvimento. No Brasil, o uso da internet cresceu 130% entre 1997 e 1998, constituindo uma grande indústria. Parte desse processo teve início no governo FHC, a partir de iniciativas como o ProInfo, com o intuito de

instalar equipamentos de informática nas escolas sem acesso a internet. Segundo Silva (2011), outra política essencial naquela época fora o SocInfo, o qual era conduzido pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), como parte do Plano Plurianual (PPA), de 2000 a 2003, e alinhava governo, iniciativa privada e sociedade civil às tendências mundiais da internet, mas não vigorou, acarretando perda expressiva de representatividade.

Por isso, o MinC apresenta propostas para a inclusão social e digital através do fornecimento de infraestrutura do ponto de vista do exercício prático, por meio da criação de uma rede de altíssima velocidade, operada pela RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, já presente em algumas universidades federais. Não obstante, planeja-se o uso dessa conexão em dois outros projetos: i) Rede de Laboratórios de Arte e Inovação, que constituem núcleos com infraestrutura tecnológica de ponta e que funcionem em rede para dar apoio aos usuários, e; ii) Cinemas universitários conectados, onde há possibilidade de usufruir de acervos públicos do audiovisual.

Ao estimular potencial das cadeias produtivas dos setores de comunicação, desenvolver e fortalecer os segmentos dos conteúdos digitais criativos no Brasil, o Ministério das Comunicações elaborou diretrizes de uma Política Nacional para Conteúdos Digitais Criativos. Essa política tem como importância estratégica a inclusão digital que garanta aos cidadãos e instituições meios e capacitação para acessar, utilizar, produzir e distribuir informações e conhecimento, através das TIC, de forma que possam participar de maneira efetiva e crítica da Sociedade da Informação. (MiniCom, 2014)

Desse modo, priorizou-se o fomento de uma infraestrutura de radiodifusão, com estímulo à entrada de empresas privadas. Não obstante, o MiniCom também elaborou a Política Nacional para Conteúdos Digitais Criativos, visando mobilizar a sociedade como um todo. Haja vista os pressupostos de que, a manifestação cultural de um povo, a produção e circulação desses conteúdos para um país é a camada visível de um novo e complexo sistema econômico. Criou-se, portanto, o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), o qual se baseia nos esforços de universalizar as estruturas para a circulação de informações e instrumentos de comunicação, em que a banda larga emerge como componente celebrado entre o setor público e privado. Assim, o MiniCom busca uma política que contemple condições sustentáveis e oportunidades econômicas geradas pelo investimento nas cadeias e arranjos produtivos para promover a inovação.

A sinergia entre os *stakeholders* e as políticas públicas é essencial, como é o caso Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da

Televisão Digital Brasileira (Programa Ginga Brasil), que prevê ações de capacitação de profissionais, criação e difusão de aplicativos de interatividade na TV digital. Há destaque também para a política de Arranjos Produtivos Locais (APLs), ou APL Conteúdos, que incentiva projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico onde já existam parques tecnológicos. Para comunidades em estado de vulnerabilidade social o MiniCom adota o programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), que oferta conexão à internet em banda larga. Outra política fundamental é a de oferta de internet e telefonia rurais pela Agência Nacional de Telefonia (Anatel). Essa medida, além de promover a inclusão sociodigital dos moradores das áreas rurais do país, oportunizando educação e emprego, também é essencial para promover o desenvolvimento local e, alinhada ao programa Inclusão Digital da Juventude Rural, transforma os jovens em produtores, multiplicadores de informações e representações locais. Todos esses fatores colaboram para o fomento das cidades digitais que, com a modernização da gestão, amplia o acesso aos serviços públicos e o desenvolvimento dos municípios⁶.

3. METODOLOGIA

A metodologia deste artigo baseia-se em uma análise descritiva sobre a probabilidade de acesso dos indivíduos à difusão e inclusão digital, semelhante ao realizado por Neri (2012). Em sequência, estima-se a probabilidade de ocupação dos indivíduos. E, por fim, uma reponderação por escore de propensão e estimativa dos efeitos das políticas de inclusão e difusão digital no Brasil sobre a probabilidade de estar ocupado. Na análise da condição de ocupação, utiliza-se de estratégia e escolha de variáveis semelhante à Holz-Vieira e Costa (2014) ao avaliarem a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, sob o efeito do nível de instrução.

a) Fonte de dados

Para inferir sobre a probabilidade de acesso às políticas de difusão e inclusão digital, bem como os impactos sobre a renda e das possibilidades de se estar ocupado,

⁶ Dentre as estratégias do programa, inclui-se a utilização de equipamentos modernos e a oferta de pontos de acesso à internet para o uso livre e gratuito em espaços públicos e tem como parceiros o Ministério do Planejamento, Telebras, o Instituto Nacional de Metrologia, Inmetro e o BNDES.

utilizam-se os dados da PNAD do ano de 2011, pois os mesmos contém o suplemento especial sobre o acesso à internet e meios de comunicação.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas para a estimação

Variáveis	Descrição das Variáveis
ocupado	1 se está ocupado e 0 caso contrário
acesso_3	1 se acessou à internet nos últimos três meses e 0 caso contrário
s_inst_ou_menos_d_e_01_ae	1 se o indivíduo não possui instrução (ou menos de um ano de estudo) e 0 caso contrário
um_a_oito	1 se o indivíduo não possui de um a oito anos de estudos e 0 caso contrário
nove_a_onze	1 se o indivíduo não possui de nove a onze anos de estudos e 0 caso contrário
doze_ou_mais	1 se o indivíduo não possui de doze ou mais anos de estudos e 0 caso contrário
idade	Idade calculada em anos
idade2	Quadrado da variável idade
masculino	1 se é do sexo masculino e 0 caso contrário
casado	1 se é casado e 0 caso contrário
branco	1 se o indivíduo se declara branco e 0 caso contrário
reg_urbana	1 se reside na zona urbana e 0 caso contrário
reg_metropolitana	1 se reside na região metropolitana e 0 caso contrário
Sudeste	1 se reside na região Sudeste e 0 caso contrário
Sul	1 se reside na região Sul e 0 caso contrário
Norte	1 se reside na região Norte e 0 caso contrário
Nordeste	1 se reside na região Nordeste e 0 caso contrário
Centro_oeste	1 se reside na região Centro-Oeste e 0 caso contrário

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2011.

c) O pareamento e o escore de propensão (ou *Propensity Score*)

O presente trabalho pretende investigar se a probabilidade de estar ocupado apresenta-se maior para indivíduos que têm acesso à internet, dado o maior acesso à informação e meios digitais, quando comparados àqueles que não têm acesso a esses conteúdos. Dessa forma, é necessária a construção de dois grupos de indivíduos que possuem as mesmas características. Porém, surge o problema da autosseleção, ou seja, os indivíduos que têm acesso à internet, em especial, devido aos programas de difusão e inclusão digital, são diferentes daqueles que não têm acesso.

Para contornar esse viés aplica-se o método do pareamento, o qual apresenta importância na avaliação de impacto e de políticas, pois permite identificar se a estratégia está sendo ou não efetiva. Dessa forma, pode-se comparar os resultados entre os tratados e seus contrafactuais. A metodologia consiste em analisar situações, em que existe um grupo

de indivíduos tratados e outro de não tratados. Assim, é possível inferir sobre a probabilidade de participação desses indivíduos no programa, dada as características observáveis (FIS, 2012).

Rosenbaum e Ruben (1983) (apud FIS 2002) explicam que o *propensity score* emerge como um método capaz de corrigir a estimação dos efeitos de tratamento, controlando a existência dos fatores de perturbação, baseado em características observáveis. A técnica consiste em encontrar um grupo de comparação o mais similar possível, emparelhando-o e estimando os efeitos de tratamento (efeito do programa) por meio da diferença entre resultados médios dos grupos de tratamento e controle.

Outro importante fator a ser considerado é o fato de que o escore de propensão não é conhecido, por isso, deve-se estimá-lo por procedimentos paramétricos para estimação de probabilidade. Neste caso, aplicam-se modelos de escolha qualitativa, nesse caso usa-se o *probit*. Na literatura não fica explícito qual a técnica mais adequada, sendo preciso testá-las sobre efeitos do resultado mais factível quanto ao grupo de tratamento. No presente trabalho, observa-se como forma mais plausível a reponderação por escore de propensão. Por meio da reponderação por escore de propensão pode-se conhecer a probabilidade de o indivíduo estar no grupo de tratamento, que no presente estudo significa ter acessado a internet nos últimos três meses.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise descritiva das políticas de difusão e inclusão digital

O acesso às políticas de inclusão digital é medido pela variável *acesso_3* como uma *proxy* para a capacidade de implementação da difusão e inclusão digital, pois adapta-se ao indicador das Metas do Milênio da ONU (MDG's) ao pressupor o uso individual, efetiva utilização de rede e modalidades locais de acesso⁷. Pela PNAD (2011), tem-se que os indivíduos das regiões Nordeste e Norte do Brasil possuem menor acesso à internet em relação às demais regiões. No que se refere à condição de ocupação, para quem acessou a internet e os que não acessaram (Figura 1), observa-se que os indivíduos da região Centro-Oeste apresentam maior média, em sequência aparecem as regiões Sudeste e Sul, respectivamente.

⁷ Para mais ver Neri (2012).

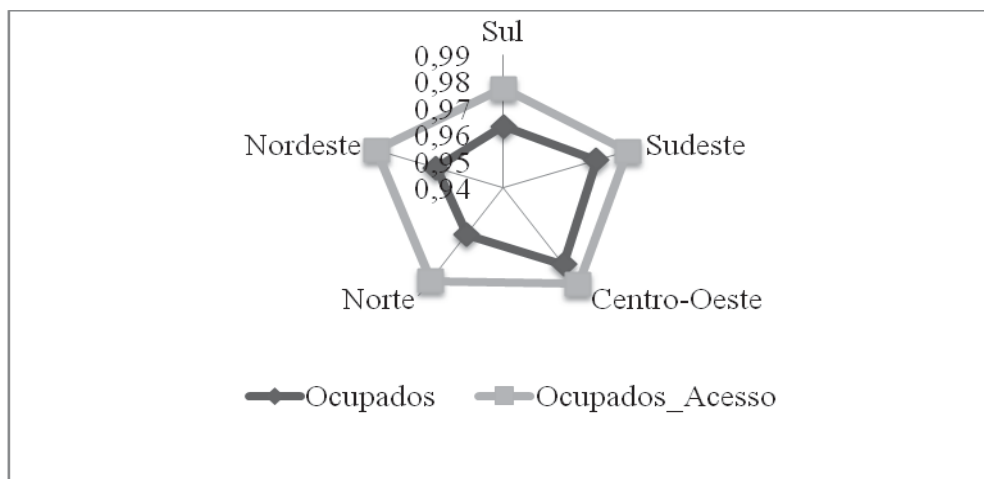


Figura 1 – Médias dos ocupados na amostra e dos ocupados daqueles que declararam ter acessado a internet nos últimos três meses

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2011.

Comparado à distribuição espacial das cidades criativas realizada por Golgher (2008), tem-se que as regiões brasileiras com maior acesso à internet também são as que indicam maior potencial dos indicadores de criatividade. Assim, há indícios de que regiões com políticas de difusão e inclusão digital podem fomentar a atração da classe criativa.

Ao verificar se realmente existem diferenças entre os grupos de tratados (indivíduos com acesso à internet) em comparação ao grupo de controle o teste mostrou que as variáveis não indicam a ocorrência de igualdade de médias entre os grupos, o que permite dar sequência à técnica de análise.

4.2 O impacto das políticas de difusão e inclusão digital na condição de ocupação e nos rendimentos

Diante do predisposto, a Tabela 1 mostra a existência de 53.178 indivíduos na amostra que possuem acesso às políticas de difusão e inclusão digital (acesso_3 = 1), e outros 53.707 que estão no grupo de controle, perfazendo o total de 106.885 indivíduos que podem ser analisados.

Tabela 1 - Indivíduos no grupo de controle e de tratamento

	Frequência	Percentual	Acumulado
não_acesso = 0	53707	50,25	50,25
acesso_3 = 1	53178	49,75	100
Total	106885	100	

Fonte: Elaboração própria.

A primeira coluna da Tabela 2 expressa-se um *probit* que tem como variável dependente a *dummy* do indivíduo estar ocupado ou não. Diante disso, observa-se que o fato de ter acesso à internet contribui positivamente para as chances do indivíduo ser ocupado. Em sequência, procede-se com a reponderação por escore de propensão que permite auferir os efeitos sobre os grupos (controle e tratamento).

Tabela 2 - Resultados das estimativas dos efeitos sobre a renda e condição de ocupação dado as políticas de difusão digital

	<i>Probit</i> (Ocupado)	<i>Propensity</i> <i>Score</i>	PS (Ocupado)
acesso_3	0,0078*** (0,0014)		0,0048*** (0,0015)
s_inst_ou_menos _de_01_ae	-0,0224*** (0,0038)	-0,58229*** (0,0027)	-0,0080*** (0,0039)
um_a_oito	-0,0168*** (0,0024)	-0,7019*** (0,0044)	-0,0139*** (0,0027)
nove_a_onze	-0,0046** (0,0021)	-0,4213*** (0,0066)	-0,0039* (0,0021)
idade	0,0012*** (0,0002)	-0,0292*** (0,0008)	-0,0002 (0,0002)
idade2	-0,0000*** (0,0000)	0,0002*** (0,0000)	-0,0000* (0,0000)
masculino	0,0199*** (0,0011)	-0,0087** (0,0044)	0,0070*** (0,0014)
casado	0,0016 (0,0017)	-0,0158* (0,0084)	-0,0013 (0,0028)
branco	0,0012** (0,0006)	0,0504*** (0,0023)	0,0007 (0,0007)
reg_urbana	0,0290*** (0,0020)	0,3446*** (0,0054)	0,0291*** (0,0033)
reg_metropolitana	0,0115*** (0,0011)	0,1198*** (0,0046)	0,0084*** (0,0015)
Sudeste	-0,0468** (0,0019)	-0,0079 (0,0071)	-0,0046* (0,0024)
Sul	-0,0123*** (0,0025)	-0,0258*** (0,0079)	-0,0135*** (0,0038)
Norte	-0,0024 (0,0020)	-0,1584*** (0,0072)	0,0028 (0,0025)
Nordeste	-0,0014 (0,0018)	-0,1568*** (0,0067)	-0,0034 (0,0024)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Desvio-Padrão entre parêntese. Os resultados reportam o efeito marginal.

*** Significativo a 1% e ** significativo a 5% e * significativo a 10%.

A segunda coluna da Tabela 2 expressa os resultados para a estimação por escore de propensão (*propensity score*), tendo como variável dependente a *dummy* de ter acessado a internet nos últimos três meses. Em média, quanto mais anos de educação o indivíduo possui, maior a probabilidade de ter acesso à internet. Residir em área urbana e metropolitana aumentam as chances dos indivíduos terem esse acesso (34 e aproximadamente 12 pontos percentuais, respectivamente). No ponto médio também, o fato de ser homem, ou ter idade mais avançada, bem como a situação civil, no caso casado, reduzem essa probabilidade, enquanto, declarar-se branco eleva-a. Isso ratifica o estudo de Neri (2012), que ao comparar a inclusão digital entre países, os homens apareceram como mais conectados em relação ao público feminino.

A terceira coluna da Tabela 2 reporta os resultados da reponderação do *probit* sobre o fato de estar ocupado, em que o efeito sobre os tratados mostra, em média, 0,48 pontos percentuais de impacto sobre a variável dependente. Infere-se assim, que ter acesso digital tende a elevar o número de indivíduos ocupados. Com base nas análises do mapa da exclusão digital do Brasil, realizadas por Neri (2012), a acessibilidade da cultura digital contribui para o aumento do índice de felicidade e, conseqüentemente, lazer dos brasileiros, em relação à média global, o que vai de encontro à literatura da dinâmica do mercado de trabalho, em que os indivíduos maximizam seu bem-estar, partindo de um *trade-off* entre lazer e consumo. Por essa abordagem, à medida que se destina uma parcela de tempo cada vez maior ao trabalho, reduz-se aquele dedicado ao lazer, porém, se não há trabalho pode-se dedicar-se mais ao lazer, mas a aquisição de bens se restringe. Ainda conforme os resultados desta pesquisa e do estudo de Neri (2012), é necessária maior efetividade das políticas de difusão e inclusão para reduzir a perda de competitividade e ampliar o fomento das cidades e conteúdos digitais criativos. Dessa forma, haverá potencial para promover a inserção produtiva, eficiência de liberdade e desenvolvimento [Draibe, 2007; Sen, 2010] dos indivíduos mais pobres e das regiões menos acessíveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, a partir dos dados da PNAD 2011, avaliou o impacto de se ter acesso à internet sobre a probabilidade de ser ocupado nas regiões brasileiras, considerando este acesso como medida de implementação dos programas de inclusão e difusão digital dos órgãos do governo em parceria com outras instituições.

Por meio da metodologia de reponderação por escore de propensão, observou-se que os tratados (aqueles que acessaram a internet) tiveram impacto positivo sobre a possibilidade do número de indivíduos ocupados, dado outras características como nível de educação, experiência, sexo, raça, regiões de residência e situação civil e do domicílio em que vivem. Uma conclusão que se pode inferir é que estratégias como as sugeridas pelo MiniCom e MinC são essenciais para reduzir possíveis desigualdades por meio da inclusão sociodigital. Isso indica um potencial para que ocorra a inserção produtiva, eficiência de liberdade e desenvolvimento.

A contribuição deste trabalho constitui-se na discussão sobre o panorama do impacto de acesso digital nas condições de vida da população, em especial, na ocupação dos indivíduos no Brasil. Recomenda-se para futuros trabalhos analisar como a inclusão sociodigital pode reduzir desigualdades sociais e econômicas no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPELLA, A. C. (2007) **Perspectivas Teóricas sobre o processo de Formulação de Políticas Públicas**. In: Hochman, G.; Arretche, M.; Marques, E. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- CARVALHO, J. O. F. (2003). **O papel da interação humano-computador na inclusão digital**. Transinformação, Campinas, 15 (Edição Especial), pp. 75 – 89, CENTRO DE PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES. Disponível em: <<http://www.cpqd.com.br/pesquisa-desenvolvimento/te/cidades-inteligentes>>. Acesso em 16 de setembro de 2014.
- COHEN, M., MARCH, J; OLSEN, J. (1972). **A garbage can model of organizational choice**. Administrative Science Quarterly, 17 n°1 (march), pp. 1-25.
- DRAIBE, Sonia. M. (2007). Estado de bem-estar, **Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea**. In: Hochman, G.; Arretche, M.; Marques, E. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- FERNANDES, R.; GAMA, R. (2009) **Cidades inteligentes, inteligência territorial e criatividade em Portugal 2011. A relação entre as dimensões real e virtual dos sistemas de conhecimento e aprendizagem**. Coimbra, Pt.: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Coimbra, Cadernos de Geografia n° 28/29, pp. 81-91.
- FERREIRA, S. M. S. P.; DUDZIAK, E. A. (2004). La alfabetización informacional para la ciudadanía en America Latina: el punto de vista del usuario final de programas nacionales de información y/o inclusión digital. In: **WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA general conference and council**, 70, Buenos Aires, Argentina.

- FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. Avaliação Econômica de Projetos Sociais - FIS (2002) São Paulo.
- GOLGHER, André. (2008). **As cidades e a classe criativa no Brasil: diferenças espaciais na distribuição de indivíduos qualificados nos municípios brasileiros**. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 25, n. 1, p. 109-129, jan./jun.
- HOLZ-VIEIRA, Rhayana; COSTA, Alan. A. B. (2014) **Análise da Inserção de Indivíduos com Ensino Médio Técnico no Mercado de Trabalho Formal**. XVI Seminário sobre Economia Brasileira, CEDEPLAR/UFMG, Diamantina, Minas Gerais.
- HOWLETT, M. (1995) **Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems**. Canadá: Oxford University Press.
- LEMONS, A. (2006). **O que é Cidade Digital?** Disponível em: <<http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/o-que-cidade-digital>>, acesso em 20 de setembro de 2014. Versão do verbete do “*Critical Dictionary of Globalisations*”, disponível no site do *Groupe d’Etudes ET de Recherches sur les Mondalisations*.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura Digital: O que é?** Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cultura-digital>>. Secretaria de Políticas Culturais –SPC. Atualizado em 04 de julho de 2014, acesso em 16 de setembro de 2014.
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Cidades Digitais**. Acesso em 20 de setembro de 2014.
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Conteúdos Digitais Criativos**. Acesso em 20 de setembro de 2014.
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Diretrizes para uma Política Nacional para Conteúdos Digitais Criativos**. Acesso em 20 de setembro de 2014.
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Inclusão digital da juventude rural**. Acesso em 20 de setembro de 2014.
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **O Gesac**. Acesso em 20 de setembro de 2014.
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Telefonia e internet rurais**. Acesso em 20 de setembro de 2014.
- NERI, Marcelo. (2012) **Mapa da Inclusão Digital**. Rio de Janeiro: FGV, CPS.
- REIS, Ana C. F. (2008). Prólogo; Introdução e; Transformando a Criatividade Brasileira em Recurso Econômico. São Paulo, Itaú Cultural, 2008. **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**, p.10-50 e p.124-142.
- RUA, Maria. G. (1998). Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M. G.; VALADAO, M. I. **O Estudo da Política: Temas Selecionados**. DF, Paralelo 15.
- SEN, Amartya (2010). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras. Cap. 05.
- SILVA, A. (2011). **A interrupção do programa SocInfo**. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/blog/luisnassif/a-interruptao-do-programa-socinfo>>, notícia, acesso em 15 de setembro de 2014.
- SOUZA, Celina (2007). Estado da arte da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. In: Hochman, G.; Arretche, M.; Marques, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

- WILSON, E. J. (2000). **Liderança e difusão da Internet: o caso do Brasil.** *Leadership and Internet diffusion: the case of Brazil.* Revista de Ciência da Informação - v.1 n.2. Artigo 03, Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr00/Art_03.htm>, acesso em 15 de setembro de 2014.
- ZANCANELLA, J. C.; OLIVEIRA, A. R.; CUNHA, N. R. S.; LIMA, A. A. T. F. C. (2010). Avaliação do processo de implementação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), em Minas Gerais, na percepção dos dirigentes das instituições habilitadas. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 86-108.